



PEDAGOGIA DA EXTENSÃO: ALGUMAS REFLEXÕES EMERGENTES

Hélder Eterno da Silveira

Universidade Federal de Uberlândia

helder.silveira@ufu.br

Resumo

A extensão universitária compõe um eixo que, com o ensino e a pesquisa, sustentam o ensino superior. Sua inserção curricular ainda compõe um desafio importante para nossas instituições, pouco acostumadas com a flexibilidade e com uma atuação fora dos espaços acadêmicos. Pensar os motivos que levaram à inserção curricular da extensão, em uma dinâmica que considera sua pedagogia, pode contribuir para avançarmos no pensamento e na importância da extensão em nossos projetos pedagógicos, além de provocarmos ao debate sobre a importância do território no desenvolvimento de novos saberes e na construção de estratégias de transformação social.

Palavras-chave: Pedagogia da Extensão; Indissociabilidade; Inserção Curricular.

PEDAGOGY OF EXTENSION: SOME EMERGING REFLECTIONS

Abstract

The university extension makes up an axis that, together with teaching and research, sustain higher education. Its inclusion in the curriculum is still an important challenge for our institutions, which are not used to flexibility and working outside academic spaces. Thinking about the reasons that led to the insertion of extension into the curriculum, in a dynamic that considers its pedagogy, can contribute to advancing thinking and the importance of extension in our pedagogical projects, in addition to provoking a debate about the importance of the territory in the development of new knowledge and in the construction of social transformation strategies.

Keywords: Pedagogy of Extension; Inseparability; Curriculum Insertion.

PEDAGOGÍA DE LA EXTENSIÓN: ALGUNAS REFLEXIONES EMERGENTES

Resumen

La extensión universitaria constituye un eje que, junto con la docencia y la investigación, sustentan la educación superior. Su inclusión en el currículo sigue siendo un desafío importante para nuestras instituciones, que no están acostumbradas a la flexibilidad y al trabajo fuera de los espacios académicos. Reflexionar sobre las razones que llevaron a la inserción de la extensión en el currículo, en una dinámica que considere su pedagogía, puede contribuir a avanzar en el pensamiento y la importancia de la extensión en nuestros proyectos pedagógicos, además de suscitar un debate sobre la importancia del territorio en el desarrollo de nuevos conocimientos y en la construcción de estrategias de transformación social.

Palabras clave: Pedagogía de la Extensión; Inseparabilidad; Inserción Curricular.



INTRODUÇÃO

A universidade brasileira se constituiu no Brasil no século XX, muito depois de outras instituições à semelhança terem se estruturado em países da América Latina, como na Argentina e no Peru.

No século XIX, a formação superior no Império era exclusiva para uma classe social abastada de donos de fazenda, escravocratas e da elite local. O importante, à época, era estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal, obviamente para poucos.

O Brasil se ressentiu, ao longo do século XIX, e mesmo no século XX de instituições de ensino superior que pudessem produzir conhecimento, arte e filosofia. Isso contribuiu – inclusive –, para a manutenção de um sistema político pautado na exploração, na escravidão e na exclusão de todas as “minorias”, inclusive as mulheres, os pobres, os negros, os indígenas e a classe operária.

Todavia, o país precisava de mão de obra qualificada, cuja percepção se deu, sobretudo, durante as grandes crises que ocorreram no século XX: Primeira e Segundas Guerras Mundiais. Faltava tudo no país naquele contexto, pois o Brasil era totalmente dependente das indústrias americana e da europeia. Era urgente que se constituísse mão de obra para o trabalho cotidiano, bem como mão de obra especializada que pudesse inserir o país em rota de crescimento e desenvolvimento.

As crises mundiais reverberaram no Brasil em diversos setores e, não diferente, a educação precisou se constituir e se consolidar. Mas, qual a referência para a estruturação de uma educação brasileira no início do século XX? De que modo, a educação em seus diferentes níveis poderia contribuir para que o país fosse inserido num cenário mundial de transformações a partir da ciência, da tecnologia e das artes? Perguntas como essas foram feitas durante a Semana de Arte Moderna de 1922 que representou, para Nascimento (2015) muito mais que um movimento no campo artístico. Para além disso, representou uma ruptura no panorama cultural do Brasil com efeitos para a política, para as artes e para a educação.

O cenário de 1922 era desolador no país, principalmente na educação que era marcada por privilégios das classes abastadas de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Por outro lado, havia um movimento importante acontecendo em países da América Latina como a Argentina que discutia, naquele momento, o Manifesto de 21 de junho de 1918, a conhecida Reforma de Córdoba. Enquanto o Brasil ainda discutia a necessária resistência por meio da arte e da cultura, com impactos na educação, a Argentina já trazia ao mundo hispano-americano a importância de se constituir um modelo universitário que não se dobrasse aos interesses da igreja.

Pedagogia da extensão: algumas reflexões emergentes

Nessa direção, a Reforma de Córdoba foi marcada pela inquietação estudantil que reivindicava a total separação do Estado com a Igreja, num movimento que propunha o fim da concepção de universidade como claustro para conduzir os estudantes à luz do conhecimento e à liberdade de frequentar as aulas. (FREITAS NETO, 2011).

Córdoba foi uma referência para o que, no Brasil, se constituiu de movimento universitário estudantil ao longo da Ditadura que se instalou no país a partir de 1964. O legado da Reforma de Córdoba foi muito além do movimento estudantil, indo na direção da abertura da universidade latino-americana para um público amplo que pudesse frequentar as aulas.

Esse movimento foi ganhando corpo e forma na América Latina e inspirou as primeiras universidades brasileiras, sobretudo a recém-criada Universidade Livre de São Paulo (1917) a abrir suas portas para oferecer à população cursos livres, à semelhança do que ocorria na Universidade da Inglaterra. (BATISTA, Z.N.; KERBAUY, M.T.M., 2018).

As bases da extensão estavam colocadas nas instituições desde as primeiras décadas do século passado, porém, em perspectiva assistencialista marcada pela necessária articulação das políticas públicas educacionais com as necessidades da população. Ao longo do século, essa perspectiva foi se consolidando e teve reforço na Reforma Universitária de 1968, que considerou que a universidade deveria expandir e atender à população, porém respondendo ao Estado de exceção da época.

Os estudantes foram quem fizeram um levante para se contrapor a uma universidade totalitária e comandada por um regime autoritário trazido pelos militares que empreenderam o Golpe em 1964. Aqui uma semelhança importante entre o que ocorreu em Córdoba e no Brasil: um levante estudantil que fez frente aos mandos da Igreja (na Argentina) e aos Militares (no Brasil). Era necessário se contrapor a formas de doutrinação, com ideologias vinculadas ao controle social e de pensamento. O grito de liberdade levou muitos intelectuais brasileiros, artistas, estudantes e pessoas de movimento sociais a desaparecerem, serem torturados e mortos durante o regime militar.

Porém, a resistência venceu ao totalitarismo e trouxe, na década de 1980, a queda da ditadura e a formação da comissão constituinte. Essa, por sua vez, ressaltou o papel da Universidade como lugar de centralidade para o desenvolvimento do pensamento, da liberdade, da filosofia, das artes, da ciência, da tecnologia e da cultura. Nesse sentido, a comissão constituinte reforçou que a universidade brasileira era lugar de se ensinar, de se pesquisar e de fazer extensão, com uma novidade importante: de forma indissociável!

Tal qual o desafio de recolocar a universidade na centralidade da reconstrução do país, estava o desafio de se compreender a indissociabilidade: ensino, pesquisa, extensão. Essa

horizontalidade foi vista com desconfiança pelos próprios agentes que atuavam no ensino superior. Mas, afinal, como fazer indissociabilidade? De que modo, reconfigurar o papel da universidade para se alcançar esse grande desafio? Talvez nem mesmo a comissão constituinte houvesse compreendido o grande passo dado na proposição e na defesa do texto que resultou o Art. 207 da Constituição Federal. Tampouco, a concepção de extensão estava consolidada, em um país voltado para o assistencialismo sem promoção das classes sociais, sejam elas as operárias, as mulheres, os grupos indígenas, os camponeses, os negros, as pessoas com deficiências, os idosos etc.

Como envolver essas populações no interior das universidades, de modo a não serem apenas sujeitos de um benefício social que as via em posição de inferioridade? Tal desafio foi, sem dúvidas, o maior de todos, motivando a criação de um fórum denominado FORPROEX (Fórum de Pró-reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras), em 1989. Esse fórum tinha como objetivo desconstruir uma visão de extensão voltada para a assistência e conduzir o processo para que fosse uma oportunidade de formação e desenvolvimento profissional articulado às demandas da sociedade e à própria transformação social. Deste modo, objetivando beber na fonte deste fórum, este texto se propõe a discutir a pedagogia que impulsiona a extensão nos projetos pedagógicos, motivo pelo qual há uma grande moção nacional de alteração de suas propostas curriculares.

A PEDAGOGIA DA EXTENSÃO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Ao longo de todo o trabalho e dos constantes debates sobre a extensão universitária, o FORPROEX considerou que o alcance do que se propunha o Art. 207 da CF se daria, unicamente, com a universalidade da oferta do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja, não basta o estudante entrar na Universidade e realizar “disciplinas” voltadas ao conhecimento de referência do curso. Noutra direção, era necessário se pensar em uma formação capaz de expressar o sentido da indissociabilidade, ou seja, de colocar em execução um currículo mais ativo, integrando as três dimensões universitárias.

Aqui, faço uma paragem para criticar o termo “tripé” ensino, pesquisa e extensão. O tripé pressupõe separação em três pés presentes em uma estrutura. Não me parece refletir a complexidade do texto constitucional, ao fazer emergir o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável. Preciso considerar que o ensino-pesquisa-extensão é um eixo único capaz de sustentar e de dar sentido à própria universidade, sem o qual não existe ensino superior no âmbito de nossas instituições.

Pedagogia da extensão: algumas reflexões emergentes

Porém, há de se considerar, também, que as universidades brasileiras ainda estão consolidando o entendimento da indissociabilidade, sobretudo na relação da extensão com as demais dimensões. Parece-nos que essa indissociabilidade, tão mencionada nos textos que refletem o ensino superior, é fortemente requerida pela extensão, talvez mais do que das demais dimensões constituintes: ensino e pesquisa.

A extensão é a operacionalização da indissociabilidade, pois faz imbricar a pesquisa em processo formativo num contexto real, onde a população consegue participar da tomada de decisões quanto à própria produção do conhecimento. A extensão, atividade que se integra à matriz curricular dos cursos, dá a ela sentido indissociável, pois faz com que o curso esteja noutra patamar de construção e troca de saberes. Isso é complexo para as instituições que sempre se voltaram para si mesma, mas libertador para as instituições que requerem flexibilidade curricular, integração de saberes, sentido social para a ciência e construção de conhecimento com outros setores da sociedade.

É mister ressaltar que existe uma pedagogia da extensão no processo formativo dos cursos de graduação e de pós-graduação. Pedagogia que faz surgir um jeito de formar pessoas não mais encapsuladas no interior de nossas próprias instituições, mas, abertas ao novo, ao desconhecido, ao incontrolável, à participação de outras pessoas na própria formação daqueles que ocuparão protagonismo no desenvolvimento social.

Há de se reconhecer que essa pedagogia trouxe elementos novos para dentro dos projetos pedagógicos, sobretudo elementos relacionais, elementos de integração, elementos de dialogicidade, elementos de transformação social e de consciência de classe. Tais elementos não estavam, suficientemente presentes no percurso formativo que oferecíamos a nossos estudantes, motivo pelo qual a Lei 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação trouxe a obrigatoriedade da entrada da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos.

Essa entrada visou à universalização da extensão como promotora de flexibilidade curricular e como operacionalizadora da indissociabilidade, tão defendida pelas instituições de ensino superior. Não se trata, portanto, de uma invenção curricular dispensável à formação e, sim, de um modo de desenvolvimento profissional capaz de promover trocas de saberes, de contribuir para a democratização do acesso aos saberes acadêmicos e pela produção de novos conhecimentos, por vezes, distantes dos livros e das referências do ensino superior.

Essa pedagogia da extensão trouxe, à universidade, um desafio que faltava: como inserir a extensão, sem que ela se constitua em disciplina curricular? Não é uma simples alteração curricular em que estamos diante e, sim, de uma mudança de paradigma de formação profissional

Pedagogia da extensão: algumas reflexões emergentes

que tem, também na comunidade externa, oportunidade de formar pessoas altamente comprometidas com o desenvolvimento social e humano.

Essa pedagogia é libertadora do currículo, pois trabalha a partir da organização de programas estruturantes e articuladores de ações acadêmicas, sem perder de vista a área de referência e sem se constituir em assistência social. A pedagogia da extensão pressupõe formação mediada por professores e professoras capazes de contribuir para o protagonismo estudantil e para a construção de saberes dialogados com a comunidade. Essa pedagogia é complexa e traz uma dinâmica, muitas vezes, distante do ensino superior: a indissociabilidade. Não aquela que ocorre na escolha dos exemplos a serem apresentados na sala de aula, tampouco àquela que se constrói a partir da opção por um ou outro objeto de estudo acadêmico e, sim, a pedagogia que se consolida dentro dos territórios, no diálogo com o outro, na troca de conhecimentos, sem pretensão de estrangular novos olhares e novos saberes populares.

Esse, talvez, seja um dos grandes motivos e medos da inserção curricular da extensão, pois não é colocar no projeto pedagógico mais uma disciplina ou outro componente qualquer. É colocar no projeto pedagógico uma perspectiva de trabalho didático que rompe com a centralidade do professor e o insere em mediação no território, lugar privilegiado para a execução de projetos de extensão. Ir até os territórios e dar identidade aos territórios dentro das universidades nos tira da zona de conforto e nos coloca de frente para limitações que temos, inclusive formativas, de caráter pedagógico e, por que não dizer, orçamentárias.

A mediação educacional e social é um pilar que sustenta a pedagogia da extensão que, além de tudo, tem compromisso com a interdisciplinaridade, com a dialogicidade, com a intersetorialidade, com os impactos na transformação social e com a mudança nos mecanismos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem. A pedagogia da extensão é nosso grande desafio educacional do século XXI nas universidades, pois se ela operacionaliza a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e não está presente na formação para a docência na universidade, teremos que aprender – fazendo!

Novas dinâmicas curriculares exigem novos processos de autoformação e de formação organizada pelas instituições, motivo pelo qual é necessário articular mecanismos de trocas de saberes e de experiências pelos docentes do ensino superior que atuam com a extensão. Essas dinâmicas curriculares, apesar de trazerem flexibilidade ao currículo, trazem, também, muito medo aos agentes pedagógicos das universidades.

Porém, passo a passo essa pedagogia irá se consolidar em nossas instituições e, passo a passo, aprenderemos a fazer extensão e a dialogar horizontalmente com nossa comunidade externa. Mas, temos que começar logo, pois o país padece pela ausência da universidade

Pedagogia da extensão: algumas reflexões emergentes

comprometida com as questões sociais e com a transformação do contexto em que nossa população vive ou sobrevive. É necessário que os programas estruturantes em cada local sejam definidos e alinhados com as áreas do conhecimento de cada curso, o que possibilitaria que as pessoas iniciem seu trabalho.

Para isso, cabe à cada instituição definir seus programas, suas ações, a população e o território que serão acompanhados, a fim de não tardar a inserção de nossos estudantes nesses locais para dialogar e construir com essa população novos saberes que possam provocar ajuda mútua: formação estudantil pautada na transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia desta reflexão foi trazer elementos sobre a extensão universitária. A extensão tem grande potencial de operacionalizar a indissociabilidade e requereu, para isso, a universalidade da oferta, motivo pelo qual os cursos, por força da lei, fizeram suas alterações curriculares.

Nessa dinâmica, a extensão pode colaborar, substancialmente, na transformação do currículo, da formação estudantil e da própria relação da universidade com a sociedade. Não basta apenas inserir um componente curricular nos projetos pedagógicos. É, para além disso, uma mudança de paradigma no ensino superior, em que o estudante se forma pesquisando, mergulhando em contextos teóricos e práticos do conhecimento e, também, fazendo uma incursão nos territórios.

A formação, com a entrada da extensão nos currículos, se torna mais complexa e completa, pois tenta traduzir no próprio projeto de formação o sentido social trazido pela relação da universidade com a sociedade. É uma nova pedagogia que fará com que os futuros egressos da universidade tenham maior compromisso com a qualidade de vida das pessoas, com o desenvolvimento dos territórios, com a produção da cultura, da paz e da vida.

Ao defendermos, neste texto, uma pedagogia da extensão afirmamos ser necessária uma reforma universitária capaz de trazer para dentro de nossas instituições a população responsável pelo fomento do serviço público, além de levar compromisso aos formadores para um novo cenário de práxis formativa: o território, lugar privilegiado da execução efetiva da extensão em direção ao cumprimento de sua pedagogia revolucionária.

REFERÊNCIAS

FREITAS NETO, João Alves de. **A reforma universitária de Córdoba (1918)**. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso em 18. abr. 2023.

BATISTA, Zenilde Nunes, KERBAUY, Maria Teresa Mícely. A Gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. *Gragoatá, Niterói*, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015

BRASIL, 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 18 de abril de 2023.

Recebido em: 18/04/2023

Aceito em: 20/04/2023